



Universidade Estadual de Maringá

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO



À

DMP:

1. Considerando que o Estudo Técnico Preliminar - ETP deverá ser devidamente aprovado pela autoridade máxima do órgão ou entidade demandante ou a quem delegar, por meio de despacho motivado, indicando os elementos técnicos fundamentais que o apoiam, bem como quanto aos elementos contidos nas estimativas da PI 300/2023 e no cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso, nos termos do parágrafo único do art. 15, do Decreto 10.086/22.

Considerando os Estudos Técnicos Preliminares – ETPs elaborados pelo setor requisitante (fls. 5-10, mov. 4 e fls. 74-79, mov. 18).

Considerando que os retromencionados documentos se encontram devidamente instruídos, ao conterem todas as informações estipuladas pelo art. 18, §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 14.133/ 2021 c/c art. 335, do Decreto 10.086/22, tais como justificativa e definição do objeto; especificações técnicas; descrição da solução, prazo da entrega e critérios de aceitação do objeto; obrigações do Contratado e do Contratante.

Considerando, ainda, que os retromencionados documentos foram elaborados a partir de estudos técnicos preliminares, que contêm o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, de modo a caracterizar a contratação, tendo permitido à Administração a adequada avaliação dos custos com a contratação.

2. Considerando que o Termo de Referência - TR deverá ser devidamente aprovado pela autoridade máxima do órgão ou entidade demandante ou a quem delegar, por meio de despacho motivado, indicando os elementos técnicos fundamentais que o apoiam, bem como quanto aos elementos contidos no orçamento estimativo e no cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso, nos termos do § 3º, do Art. 19, do Decreto 10.086/22.

Considerando os Termos de Referência elaborados pelo setor requisitante às fls. 62-71, mov. 16 e fls. 129-138, mov. 30.

Considerando que os documentos se encontram devidamente instruídos, ao conterem todas as informações estipuladas pelo inciso XXIII do caput do art. 6º e § 1º do art. 40, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021 e § 1º do art. 19 c/c art. 336, do



Universidade Estadual de Maringá

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO



Decreto 10.086/22, tais como justificativa e definição do objeto; especificações técnicas; descrição da solução; pesquisa de preços; local, prazo da entrega e critérios de aceitação do objeto; obrigações do Contratado e do Contratante; adequação orçamentária e indicação da fonte; bem como forma de pagamento.

Considerando, ainda, que os documentos foram elaborados a partir de estudos técnicos preliminares, que contêm o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, de modo a caracterizar a contratação, tendo permitido à Administração a adequada avaliação dos custos com a contratação, bem como tendo orientado a correta execução.

Em cumprimento ao estabelecido no parágrafo único do artigo 15 e § 3º, do art. 19, do Decreto Estadual nº. 10.086/2022, APROVO os Estudos Técnicos Preliminares – ETPs e os Termos de Referência – TRs elaborados pelo setor requisitante, nos termos neles expostos.

3. Ratifico as justificativas que embasam a necessidade da contratação.

4. Considerando que a presente contratação se enquadra na hipótese de substituição do instrumento contratual por outros instrumentos hábeis prevista na Resolução nº 59/2024-PGE, certifico que procedemos à análise da complexidade do objeto e da segurança jurídica da relação contratual. Assim, entendemos que, no caso em tela, a contratação não se dará pela formalização de "Contrato" - instrumento contratual -, sendo substituído por Nota de Empenho e Anexo a Nota de Empenho, no modelo desenvolvido pela Procuradoria Geral do Estado do Paraná – PGE, que contém todas as obrigações e os direitos do fornecedor.

Ainda, tendo em vista que o Contrato Administrativo existirá sempre que houver um acordo com obrigações recíprocas, sendo o instrumento do "Contrato" apenas uma das formas, e que, por ocasião da apresentação da proposta, o fornecedor manifesta ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, do qual fazem parte o Termo de Referência e a minuta do Anexo à Nota de Empenho, concordando com suas condições, a substituição por documento mais simples supre os elementos fundamentais para a regência da futura relação contratual, sem qualquer óbice legal, não deixando a Administração em vulnerabilidade na relação.

5. Com base na Motivação do Ato elaborada pela área requisitante:



Universidade Estadual de Maringá

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO



- a) Atesto o alinhamento da Contratação ao Planejamento Estratégico da instituição;
- b) Atesto o alinhamento da Contratação com o Plano de Contratações Anual – PCA 2026 da instituição, com números de ordem 392 e 984, informados nos Estudos Técnicos Preliminares - ETPs e nos Termos de Referência - TRs.

6. Ratifico os elementos contidos no orçamento estimativo e no cronograma físico-financeiro de desembolso.

7. Bem como **AUTORIZO** a realização do procedimento de Dispensa Eletrônica de Licitação, sob o fundamento do **Art. 75, Inciso II, da Lei Federal nº. 14.133/21 c/c Art. 159, do Decreto Estadual nº 10.086/22**, seguindo-se os procedimentos definidos pela **Instrução Normativa nº. 67/2021-SEGES/ME** e a **Resolução nº. 3.468/2023-SEAP/PR**, com a finalidade de se realizar a contratação de prestação de serviços de confecção de banners e crachás personalizados para o XVIII EPREM, para atender à solicitação do Departamento de Matemática – DMA.

8. À DMP e à Agente de Contratação para as demais providências.

Prof. Ademir Massahiro Moribe
Pró-Reitor de Administração
(datado e assinado eletronicamente)

Documento: **DESPACHOINICIALVALOR_26.712.6607_PAD.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Ademir Massahiro Moribe (XXX.207.549-XX)** em 09/10/2026 14:21 Local: UEM/PAD.

Inserido ao protocolo **26.712.660-7** por: **Vanessa Carvalho Fenelon** em: 09/10/2026 09:18.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: